

SESSÕES DO PLENÁRIO

79ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de setembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(48)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê)“*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 21.966/2016, de autoria do Poder Executivo.*”

PEQUENO EXPEDIENTE

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a intervenção cirúrgica, esteve ausente das Sessões por um período de 07 dias a partir de 30/08/2016, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 1º, 08, 09, 22, 23, 24 e 29/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Pedro Travares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa, galerias, na última sexta-feira eu participava de uma bela caminhada no município de Barra do Rio Grande, às margens do Rio São Francisco, uma caminhada do nosso grupo político, uma caminhada democrática, uma caminhada da paz, e no encerramento dessa caminhada, onde todos nós costumamos fazer a nossa saudação, agradecendo aos eleitores, às pessoas que acompanharam a gente durante essa caminhada, logo no término, quando eu saí, 2 ou 3 minutos depois, ocorreram 2 assassinatos em plena multidão, foi morto um vereador de mandato e também uma pessoa que participava do evento.

A cidade entrou em polvorosa, um clima muito pesado, e eu queria pedir à Secretaria de Segurança Pública para que investigasse o que aconteceu. Uma cidade pequena gera várias suposições, cada um fala o que quer, mas o que quero, realmente, é saber a motivação desses dois crimes que ocorreram no final de uma grande passeata.

Então, quero pedir aqui à Secretaria de Segurança Pública, além dessa investigação para que a gente saiba, realmente, a motivação desse crime, pedir também o reforço policial na cidade de Barra, já que o clima está muito pesado e as eleições estão transcorrendo.

E pasmem, deputados Sandro Régis e Tom Araújo, com esse ocorrido só tinham dois policias na cidade, um município com mais de 50 mil habitantes, às margens do Rio São Francisco, um município com uma extensão territorial muito grande e só dois policiais na cidade e uma única viatura. Então, eu quero pedir esse reforço policial. Existe uma unidade da Polícia da Caatinga, que fica ali em Xique-Xique, a 80 quilômetros, e quero pedir à Secretaria de Segurança Pública que reforce o policiamento lá no município de Barra.

Esse acontecimento foi na sexta-feira, e na última quinta-feira eu participei também de um evento na cidade de Jacobina, e fiquei impressionado com a quantidade de pessoas que me abordavam solicitando o aumento da segurança pública

no município de Jacobina, aumento no contingente policial para que Jacobina volte a ter tranquilidade. Jacobina também tem sofrido com homicídios, tem sofrido com assaltos, com sequestros e por isso quero pedir à Secretaria de Segurança Pública uma atenção especial para o município de Jacobina.

Fica, portanto, aqui, o meu pedido à Secretaria de Segurança Pública, não só para uma atenção especial ao município de Jacobina em relação à segurança pública, mas que se investigue, se apure esse crime bárbaro que ocorreu no município de Barra e também que se reforce o policiamento nesse município.

Quero agradecer também ao deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, que sabendo do ocorrido, sabendo que eu estava na cidade, prontamente me ligou se colocando à disposição. Agradeço, Presidente, mais uma vez, pela sua atenção ao seu amigo, colega parlamentar. Agradecer e pedir, mais uma vez, à Secretaria para que tome as medidas necessárias para que possamos saber o que, realmente, ocorreu na cidade de Barra, e para que aquela cidade tão bonita, tão tranquila, como eu disse às margens do Rio São Francisco, volte a ter a tranquilidade que merece.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, deputado Robinho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde a todos e todas. Colegas e colegas, presidente Marcelo Nilo, presentes às Galerias Paulo Jackson, imprensa, este é um momento de indignação do deputado que vos fala, em razão do que vem acontecendo na Casa julgadora de leis, o TRE, com relação ao momento de desgaste político e econômico que vivemos hoje, e com relação aos julgamentos de processos tanto eleitorais, quanto de outros processos. Quero, aqui, ser bem objetivo e ir direito ao assunto. Respeito muito os desembargadores e juízes do TRE, mas não estou entendendo o comportamento do desembargador Rotondano, conhecido historicamente como legalista. O seu comportamento não condiz com a sua história. Relatarei alguns fatos que vêm acontecendo com relação ao desembargador e ao Mandado de Segurança 144-68.

Eis os fatos: (Lê) *“1 -Ele cassou a decisão do seu colega Fábio Alexandro, que havia determinado a posse do presidente da câmara de Nova Viçosa no MS.144-8, sem ao menos dizer qual era a teratologia cometida por seu colega;”*

Em outra situação, só para que vocês entendam, Fábio Alexandro deu uma liminar no Mandado de Segurança em que, num caso raro no TRE da Bahia, o colega, em cima de um Mandado de Segurança, deu outro Mandado de Segurança. Quer dizer, um juiz, um desembargador proferiu uma decisão, e o outro juiz da mesma corte fez um outro Mandado de Segurança. Portanto, é um ato que nos deixa estarecidos.

(Lê) “2 – Na sua decisão proferida no dia 05.07, no MS. 156-82, mesmo entendendo que Manoel Costa havia errado na sua petição inicial, em razão de não ter indicado o polo passivo da ação, os litisconsortes passivos, ainda sim concedeu a liminar, quando era caso de indeferir liminarmente o Mandado de Segurança.

3- O presidente da Câmara interpôs agravo interno e o Desembargador deu prazo de 15 dias para o Manoel Costa apresentar sua defesa quando a lei eleitoral determina prazo de 3 dias.”

Então, o prazo para conveniência foi de 15 dias. O prazo normal de defesa eleitoral são de 3 dias.

(Lê) 4 – “O juiz Fábio Alexandro, no dia 22.08 levou o MS.144-68 para julgamento em plenário e proferiu voto em favor do presidente da Câmara, entretanto, o Desembargador Rotondano pediu vista do processo.”

O que mais eu acho engraçado é que o desembargador Rotondano é quem mais conhece esse processo! Foi ele quem deu o Mandado de Segurança em cima de um Mandado de Segurança! Então, eu não entendi o motivo de ele ter pedido vista de um processo que tem total conhecimento. Daquela Corte ele é quem mais tem conhecimento desse processo. Então, eu afirmo que ele ir levar o processo na sessão...

Então, gente, eu entro com uma representação ao CNPJ, entro com uma representação no TSE, porque entendo que, numa Casa julgadora, não cabe a ele sentar em cima de um processo em que ele pediu vista há mais de 20 dias. Não queremos reclamar da sua posição, do seu voto. A reclamação é para que ele julgue. Não justifica que um desembargador que deu a liminar, que deu um Mandado de Segurança, na hora de julgar no Plenário, sente em cima de um processo e não o julgue. Ele tem conhecimento! Ele deveria julgá-lo favoravelmente ao presidente da Câmara ou ao segundo colocado.

Então, é estarrecedor um homem que se diz legalista cometer esses atos! Numa Casa julgadora ele está retardando um processo eleitoral em que o segundo colocado é candidato à prefeitura de Nova Viçosa. No período de 90 dias a Câmara já abriu uma CPI pelos atos estarrecedores que ele vem cometendo, usando o dinheiro da Prefeitura para a campanha eleitoral.

Muito obrigado. É essa mensagem que, na condição de deputado, coloco para todo o Estado da Bahia. Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, quero registrar também um fato ocorrido na minha cidade, semana passada, que tem deixado Camaçari muito preocupada. Em Camaçari está havendo uma briga de facções criminosas. Acredito que no clima de oba-oba do candidato bicheiro... Sabemos dos seus envolvimento, dito pelo Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público e pelos delegados que o investigaram por dois anos. A cidade

passou uma semana, realmente, em polvorosa. Foram mais de 12 mortes de jovens, de crianças.

Quero agradecer, desta tribuna, pela postura do nosso governador que reforçou o nosso policiamento, inclusive com várias equipes das diversas polícias, com helicópteros fazendo o trabalho e a ronda constantemente, de manhã, de tarde e de noite. Isso deu uma certa tranquilidade à Camaçari.

Quero deixar registrada essa minha indignação, porque, realmente, a nossa cidade corre risco. Acredito que o prefeito de Salvador, em razão da sua irresponsabilidade de estar lá dando suporte e apoio a uma pessoa tão comprometida com o crime, receberá o troco! O povo de Camaçari não aceita! No dia 02 de outubro não tenho a menor dúvida de que daremos a resposta a toda essa postura que tem acontecido em Camaçari.

A prova disso é que, ontem, numa caminhada em que esperávamos a presença de 10.000 pessoas, tivemos quase o triplo de pessoas apoiando a candidatura do Partido dos Trabalhadores e dos partidos coligados. Foi o maior sucesso! A cidade inteira estava comemorando, festejando e participando, junto com o nosso candidato Caetano, dessa grande caminhada, a maior da história de Camaçari, assim como foi a nossa convenção.

Obviamente que, depois que as ações que a polícia tem tomado em Camaçari, inclusive com as *blitzes* e com a força tarefa constantemente presente na cidade, os criminosos ligados ao candidato do DEM se recolheram um pouco e, na semana passada, Camaçari viveu uma certa tranquilidade.

Eu gostaria de deixar isso registrado, porque, realmente, é uma situação complicada para Camaçari. Camaçari é uma cidade metropolitana. Depois da gestão do prefeito Caetano, que transformou aquela cidade numa das maiores cidades da nossa região, Camaçari não merece o que está acontecendo, hoje, com o apoio e o respaldo de um prefeito que, ao invés de cuidar da nossa capital, inclusive da banda pobre da nossa capital, fica se metendo onde não cabe, tendo esse tipo de postura.

Passaram uma semana no oba-oba, na história das pesquisas, que já conhecemos, porque na eleição passada foi a mesma coisa.

Fazem um bafafá, uma confusão com dinheiro da contravenção, dinheiro do jogo do bicho, dinheiro do tráfico de drogas, comprando gente, fazendo aquele estardalhaço todo, como se o povo de Camaçari fosse bobo. E como já demos a resposta, no dia 2 de outubro vamos dar de novo.

Eu queria deixar registrado isso.

Hoje, também, Sr. Presidente, tive o prazer de participar, juntamente com o nosso querido governador, competente, que o povo da Bahia reconhece, da entrega de mais 2.100 casas do programa Minha Casa Minha Vida, que está sendo ameaçado pelo golpista Temer.

O mundo, hoje, repudia o que aconteceu no Brasil. E ele, na cara de pau, está indo a outros países e pondo nas manchetes dos jornais que a economia brasileira está

retomando o seu crescimento. O pacote de maldades que esse senhor tem feito, principalmente se olharmos para o pequeno, para o trabalhador, para as mulheres, realmente, o nosso Brasil não está aceitando e está reagindo.

Infelizmente, as *Globos* da vida, as *Bands* da vida, as *Folhas* e os *Estadões* não publicam, não divulgam isso. Mas ontem, mesmo, em várias cidades, como em nossa capital e na capital de São Paulo e em outras capitais, houve manifestações importantes contra esse governo e pedindo Fora Temer. Realmente, não dá para engolir o golpe, a injustiça que fizeram contra nossa presidenta.

E agora temos o pacote de maldades para atingir o trabalhador, para retirar conquistas trabalhistas, conquistas sociais. Já anunciaram que eles nunca gostaram, nunca engoliram o programa Minha Casa Minha Vida. E vão retirar 600 mil Bolsas Família e cortar projetos que ajudam a juventude a ter acesso à universidade.

E nós precisamos estar atentos. Acho que esta Casa também precisa se posicionar, porque no ritmo que está vindo aí, acho que voltaremos para a ditadura, não mais militar, mas parlamentar e política.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, por 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Visitantes e Srs. Servidores desta Casa, eu quero, primeiro, mais uma vez, parabenizar o governo federal na condução da presidenta Dilma Rousseff, que foi vítima de um golpe, assim como o governo do presidente Lula, porque no dia de hoje foram entregues no Município de Camaçari 2.100 habitações populares do Minha Casa Minha Vida, frutos de um programa que o governo golpista quer, exatamente, excluir.

Na última sexta-feira, Sr. Presidente, o governo golpista divulgou uma nota técnica oficial para dizer que não haveria alteração na aposentadoria, no Bolsa Família e no Minha Casa Minha Vida, dentre outros. Depois, Sr. Presidente, surpreendentemente, toda a imprensa nacional publicou o corte de 600 mil Bolsas Família, isso que dizer que são 600 mil famílias prejudicadas. Também o noticiário informa sobre o fim do Ministério da Previdência e a alteração nas condições de aposentadoria, elevando a idade para 70 anos para a mulher, e 75 para o homem.

Essas medidas, Sr. Presidente, irão bater fortemente na condição dos trabalhadores do nosso País.

No ato de hoje, Sr. Presidente, houve uma manifestação popular que quero ressaltar. Voluntariamente, os presentes – a deputada Luiza Maia testemunhou também – foram unânimes no coro do Fora Temer, foram unânimes no coro, que não permitiu sequer que o ministro das Cidades pudesse se posicionar. Ao final, ele deixou o local tentando emplacar mais uma mentira: que o aumento das parcelas do Minha Casa Minha Vida foi o último ato de Dilma. Ele recebeu uma vaia muito grande e, não tendo argumento, encerrou o discurso e saiu.

Enquanto, isso o governador Rui Costa foi aplaudido de pé pela população, pela firmeza do seu discurso e pela defesa da democracia em nosso Estado. Esse é um cenário que eu não poderia deixar de destacar.

Também quero parabenizar o ex-prefeito Caetano, hoje deputado federal, por Camaçari celebrar hoje a entrega de mais de 12 mil unidades habitacionais e estar entre os municípios da Bahia que mais construíram unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida, o maior programa de habitação do País, segundo maior do mundo. O prefeito Caetano teve uma iniciativa importante para isso.

Quero destacar, também, a Cidade de Vitória da Conquista, que também entra no *ranking* das que mais atuaram nesse setor.

É bom destacar que, dentro desse contexto, eu não poderia deixar de também focar que hoje será apreciado nesta Casa, e aprovado, com certeza, um projeto de reforma administrativa do governo estadual extremamente importante.

E quero, aqui, parabenizar toda a equipe da Conder, especialmente o sindicato e a associação de servidores da Conder, que ao longo desse processo intermediou, utilizando esta Casa, um processo de discussão e construindo, ainda no dia de hoje, o significativo avanço de um acordo, favorecendo aos interesses do governo, mas também, acima de tudo, respeitar e favorecer à categoria.

Quero dizer que é um acordo aceitável, mérito da capacidade de organização dos servidores da Conder.

E nós não poderíamos deixar de destacar o empenho de alguns parlamentares que se envolveram e a compreensão do Governo do Estado para atender à solicitação dos servidores e flexionar, para poder construir uma emenda que satisfaça aos interesses do Governo e, acima de tudo, respeite e atenda à solicitação da categoria.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Zé Raimundo

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu gostaria de fazer referência às grandes manifestações que ocorreram nesse final de semana no Brasil inteiro.

Não foi diferente em Vitória da Conquista, onde estudantes e movimentos sociais foram às ruas para protestar, demonstrando a sua indignação contra o golpe que sofreu a presidenta Dilma na semana passada, no dia 31, uma presidenta legitimamente eleita. Mesmo tendo sido constatado, após um amplo debate, que a presidenta não cometeu crime de responsabilidade, por um viés político o Senado Federal cassou o mandato da presidenta Dilma.

Abre-se agora um horizonte de muitas interrogações, de muitas dúvidas, porque vai ficar comprovado que a questão não era apenas tirar ou manter uma presidenta legitimamente eleita porque, de fato, estamos atravessando uma crise dos pontos de vista econômico e institucional.

O cenário que se abre agora é de uma ampla mobilização, de um amplo debate e, principalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, da necessidade de uma profunda reforma política em nosso País. Não apenas por conta desse momento, mas estruturalmente este País ainda tem um sistema eleitoral político que distorce a representação popular; um sistema extremamente viciado, em que pese essas pequenas reformas que sinalizam, inclusive, para o fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais, mas que permanece com uma estrutura arcaica, uma estrutura que, efetivamente, não amplia a democracia.

O que está em jogo é a necessidade de uma reforma estrutural, não só do processo eleitoral e partidário como também do próprio estado brasileiro. Um estado historicamente privatizado pelas elites; um estado em que em todos os momentos que se avança para uma perspectiva mais democrática de inclusão das massas, vem a elite conservadora e derrota o povo brasileiro.

Foi assim com Getúlio Vargas, foi assim com João Goulart, foi assim, agora, nesse processo quando o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, com outras forças aliadas, iniciou reforma no sentido de promover a igualdade e distribuir renda, a mesma elite que sorria e que dava tapinhas nas costas do Lula, da Dilma, no primeiro momento que a crise vem, essa banda da elite sai, isola a presidente, dá um golpe e rearticula forças conservadoras para retomar, de forma perversa, mais uma vez, a concentração de renda e de poder neste País.

Estamos vendo aí agora uma agenda nacional que é um verdadeiro golpe na agricultura familiar, no Bolsa Família, no Minha Casa, Minha Vida, nos programas de inclusão, nas aposentadorias, enfim, um retrocesso, aliás, que é a pauta do neoliberalismo, vitorioso no mundo nos anos 80 e 90, mas que aqui, na contramão, nós seguramos desde o final de 90 e no período do Lula avançamos.

Portanto, o que está em jogo agora, infelizmente, não é a manutenção ou não de uma presidenta – e digo mais -, não é nem sequer a manutenção ou não do atual presidente ilegítimo, mas, efetivamente, é o debate sobre o modelo que queremos para este País. Se nós não fizermos uma profunda transformação, inclusive a ideia de “Diretas Já” sem um plebiscito, sem uma agenda prévia, também não vai adiantar, embora o meu Partido tenha apoiado essa tese.

O que pode sinalizar para um novo patamar político é uma agenda que, efetivamente, coloque no plebiscito pontos para que o Congresso Nacional vote e aí, sim, abramos, realmente, o estado brasileiro para a participação popular.

Portanto, Sr. Presidente, teremos, nesse processo eleitoral e no ano seguinte, um grande debate, o qual já começamos a fazer em Vitória da Conquista através da minha candidatura a prefeito e de outros companheiros que defendem esse patamar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores das Galerias, colegas da imprensa, estou vendo aqui Bira Corôa e Luiza Maia macambúzios, cabisbaixos, acabrunhados, a coisa não está boa lá em Camaçari, não.

A Sr^a Luiza Maia:- A coisa não está boa no Brasil, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não está nada bem lá em Camaçari. Vai ter chuva de votos em Camaçari, mas contra o candidato de V.Ex^{as}, o mesmo ocorrendo em Feira de Santana, chuva de votos para o prefeito José Ronaldo e em Salvador dispensa comentários essa avalanche chamada ACM Neto.

Por falar em ACM Neto, fiquei surpreso com as declarações ontem do governador Rui Costa, entendendo que uma juíza seja afastada, impedida de analisar sobre propaganda eleitoral em Salvador, porque tem agido em dissonância com os interesses do governo e dos seus candidatos. O governador Rui Costa pulverizou o seu apoio político visando um hipotético segundo turno em Salvador.

A juíza tem apenas cumprido a sua obrigação, seguido o que diz a nova lei eleitoral: candidatos sem propostas, que não tenham o que dizer, que não tenham lastro intelectual e administrativo, que pauta o seu trabalho apenas na difamação e na calúnia – apenas na difamação e na calúnia..

O prefeito ACM Neto, correto, responde na justiça. Mentiu, caluniou, difamou? O caminho é a Justiça. Uma coisa é o debate no campo das ideias. Uma coisa é o debate no campo das propostas, outra coisa é ferir a lei eleitoral, agredindo, usando subterfúgios. E isso tem incomodado o pessoal do governo que prefere escamotear a verdade, prefere inventar, prefere mentir, não quer o debate cristalino que o prefeito está propondo para Salvador.

Se os adversários têm algo mais importante, têm ideias brilhantes para Salvador, expressem-se! Tentem persuadir o eleitor de Salvador. Agora, se não têm o que dizer, usam o horário eleitoral para mentir, para difamar! Essa política está ultrapassada! Eu pensei que estava sepultada, mas não está, não. Ainda tem aqueles que tentam voltar à Idade da Pedra na política para querer desestabilizar um processo eleitoral. A Juíza, muito correta, usando as suas premissas na hora de analisar, tem analisado de forma muito fria, de acordo com o que diz a lei.

Portanto, meu caro presidente Marcelo Nilo, o prefeito ACM Neto está corretíssimo! Quem é que quer ser difamado? Quem é que quer ser caluniado? Então, o caminho é a Justiça.

Muito me deixa surpreso o governador Rui Costa, no alto de sua condição de magistrado, de governador deste Estado sair em defesa de um dos seus candidatos, no caso de uma candidata, que não tem feito nada, a não ser tentar manchar, macular a imagem do prefeito ACM Neto, e dizer que a juíza tem que ser afastada do processo eleitoral! Faça-me uma garapa, pelo amor de Deus, gente!

Governador Rui Costa, com toda vênia, com toda consideração, V.Ex^a baixou o nível, caiu, foi lá para baixo. Misturar-se nesse lamaçal que a candidata do PCdoB tenta colocar na política em Salvador, pelo amor de Deus! Quer governar Salvador, apresente propostas, diga o que vai fazer por esta capital que ACM Neto transformou, uma cidade que é orgulho para todos nós que moramos ou que passamos ou que vivemos! Mas voltar ao tempo do xingamento, do discurso vazio de quem não tem o que fazer, não tem o que dizer... pelo amor de Deus!

A juíza está correta, usou o que diz a lei eleitoral e o prefeito está certíssimo: mentiu, caluniou, difamou, que responda na Justiça!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, hoje eu nem vim com o intuito de falar, mas como sou comunista, sou do PCdoB há 31 anos, o deputado Carlos Geilson me motivou. Eu queria, respeitando a experiência que tem no Parlamento, dizer, sobre o que há pouco foi dito, que tenho pouco assistido aos programas de Salvador, os guias. Parte deles eu os assisto via *WhatsApp* ou por outro meio da internet, mas não vi nenhum xingamento.

Se alguém dá um golpe é o quê? Golpista! Se alguém joga bola, é jogador. Se alguém rasga a Constituição, fere. Então, o que foi feito e dito no dia de Alice, sobre creches... Não foi construída nenhuma creche, mesmo. Então é preciso que se aceite que foi feito o calçadão na Barra. Foi feito! Que foi feito ali no Rio Vermelho, foi feito! Mas que as avenidas, os viadutos e o metrô é o governador Rui Costa quem faz e o prefeito gosta de colocar a placa, aí é tranquilo, é verdade também.

Então, estamos aqui para discorrer sobre a verdade, estamos falando sobre a verdade dos nossos dias e, infelizmente, a suspeição da magistrada veio porque há poucos dias ela compartilhava contra a Esquerda, compartilhava com o PSDB. Essa é a discussão que está sendo feita, que o governador colocou. Agora, é preciso que se aceite o contraditório.

Essa semana, em São Paulo, na manifestação que foi feita lá, diversos jovens foram presos sem motivação porque estão querendo acuar os manifestantes contra Temer. Estão espancando os manifestantes contra Temer, voltando o mesmo processo que enfrentamos durante a ditadura militar. Naturalmente, nós estamos prontos para enfrentar, pois fomos criados dessa forma.

Há 2 lados que estão bem delimitados na política brasileira: os que são a favor e os que são contra a democracia, e a polícia de São Paulo mostrou, ordenada pelo governo, o que tem que se fazer contra os manifestantes. Enquanto Dilma era presidente, enquanto Lula era presidente, havia manifestações, se aturavam as manifestações. Durante as manifestações de 2014 contra a Copa, viraram carro de

polícia, jogaram pedra em banco, repartições, e isso era coberto até que, num determinado evento, houve a morte de um cinegrafista da *Bandeirantes*. Aí, depois da morte do cinegrafista, a poeira baixou, diminuiu-se o volume, a intensidade. “Não vai ter Copa, não vai ter Copa”, era assim que se falava. Teve Copa e teve Olimpíada, graças ao povo brasileiro, graças à força do governo Lula e da presidente Dilma, que conseguiram trazer, depois de mais de um século de Olimpíadas e de quase um século de Copa, trazer eventos importantes para este País, e fazer bem feito, como se fez: a Copa das Copas e uma Olimpíada desse nível.

É preciso que se compreenda que se a pessoa tem inclinação partidária, para algum lado, ela tem até mesmo de levantar a própria suspeição e deixar que isso corra normalmente, porque eu não vejo, não tem nenhuma creche construída por ACM Neto, e é preciso que ele diga: “Não fiz neste governo, mas se ganhar posso fazer”. Ou senão diga que não acha importante fazer creche, mas o que foi dito foi isso.

Então, queria colocar que a nossa candidata, Alice Portugal, a nossa frente de esquerda que está aí, não tem problema com democracia, aliás, foi quem lutou para a democracia, porque se não tivesse lutado, talvez só o senhor pudesse falar aqui, porque teve uma época em que só falavam alguns partidos, e agente não podia falar, e essa fala está garantida graças à luta da democracia, inclusive da camarada Alice Portugal e de várias pessoas que estão compondo com ela essa frente aqui em Salvador, a mesma frente que estamos compondo em diversos lugares. Até que em alguns lugares temos composições com partidos do centro e até partidos da Direita, porque a democracia permite isso, mas a nossa composição principal é com as forças progressistas, as forças do campo de Lula, de Dilma, do governador Wagner e do governador Rui, que mais parece ser o prefeito da capital baiana, de tanta obra que ele faz nesta capital.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Adolfo Viana, do PSDB.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, subo ao Grande Expediente nesta segunda-feira para falar da minha insatisfação com a forma como esta Casa vem votando projetos de lei. Não se discute mais nenhum projeto de lei nesta Casa. Os funcionários da Conder estão a todo momento visitando este Parlamento, preocupados com esse projeto que está em pauta, e os parlamentares que compõem esta Casa nem sequer sabem os problemas que os funcionários efetivos da Conder irão enfrentar.

A minha sugestão é clara: nós precisamos, sim, levar esse projeto para as comissões, a fim de que ele possa ser discutido da melhor maneira possível. Há pouco estava eu ouvindo alguns funcionários da Conder, que me disseram que 50% das reivindicações foram atendidos. Ou seja, se tivéssemos votado esse projeto na semana passada, não teríamos avançado com esses 50% que avançamos da lá para cá. Se tivermos a oportunidade de conversar um pouco mais sobre o projeto, de cumprirmos com a nossa obrigação, se os deputados tiverem a oportunidade de, no âmbito das comissões, discutir se esse projeto está sendo votado da melhor maneira possível, aí, sim, deputado Zó, teremos a condição de dar um voto com a consciência tranquila de que estamos oferecendo o melhor projeto para o Estado da Bahia.

Mas se nós votarmos esse projeto em regime de urgência, sem discussão, sem o devido amadurecimento, deputado Zé Neto, nós podemos perder a oportunidade de avançar como já avançamos nessa última semana. Eu sei que V.Ex^a é um Líder competente, equilibrado, mas nós precisamos reconhecer que, se em 8 dias fomos capazes de atender a 50% das reivindicações dos funcionários da Conder, é sinal de que o diálogo é o melhor caminho, a conversa é o melhor caminho, as discussões sobre o projeto são melhor caminho.

É por esse motivo que eu peço aos Srs. Parlamentares que não tenham pressa e que façam uma reflexão, porque não podemos aceitar que todos os projetos que são encaminhados a esta Casa sejam votados em regime de urgência, até porque o Poder Legislativo custa caro ao Estado da Bahia. Nós precisamos dar a melhor contribuição aos baianos. Votar em regime de urgência, de maneira apressada, de maneira açodada, sem discussão, significa que estamos abrindo mão das nossas prerrogativas. Significa dizer que estamos desvalorizando as nossas comissões temáticas, que estão aí justamente para aprimorar os projetos, e estes têm que ser exaustivamente discutidos.

Mas a minha preocupação chega e permanece justamente porque a ampla base do governo, que hoje se recusa a discutir projetos de lei, que prefere votar em regime de urgência, exatamente para não terem seus integrantes a oportunidade de colocar as suas opiniões, já que eles votam sempre favoravelmente ao Poder Executivo.

Eu peço um pouco de responsabilidade aos nobres parlamentares, aos nobres colegas. Avançamos 50% da semana passada para cá, e acho que temos condição de resolver os 100% das reivindicações que vêm dos funcionários. Agora, se tivéssemos, na semana passada, aceitado a votação em regime de urgência, o que teria acontecido era que teríamos aprovado o projeto, e o que avançamos de lá para cá não teria ocorrido.

É muito fácil ficar utilizando a tribuna de maneira sucessiva para dizer: “Ah, o governo que aí está deu um golpe na presidente Dilma”. É “golpe” pra cá, é “golpe” pra lá. Não nos cabe aqui estar a todo tempo tratando exclusivamente disso, até porque, deputada Luiza Maia, precisamos dar a nossa parcela de contribuição ao Estado da Bahia. Os policiais, por exemplo, querem poder fazer o curso de formação. Os que já fizeram o curso de formação querem poder ganhar as ruas para defender os baianos, que hoje se sentem inseguros nos 4 cantos do Estado da Bahia.

Então, percebo que esta Casa precisa ser útil para a Bahia, e ser útil é discutir os principais problemas que temos neste Estado. Se a Oposição se acomodar e respeitar a maioria do governo de maneira absoluta, que nós estaremos virando as costas para os nossos eleitores. Estou muito ciente do que devo fazer, estou muito ciente de como vou conduzir meu mandato como parlamentar, e só irei votar projetos aqui caso esteja completamente convencido de que estou fazendo da melhor maneira possível.

O projeto que está hoje aí, mais da metade dos parlamentares que compõem esta Casa não sabe do que se trata, não sabe quais são as reivindicações dos servidores da Conder. E eu acho que fazer isso é negligenciar o mandato parlamentar.

Não estou aqui, deputada Luiza Maia, a fazer o discurso fácil, muito pelo contrário, estou aqui para defender e ser a voz dos funcionários da Conder. Serei, sim, a voz dos funcionários da Conder, porque acho que o pleito que eles fazem é mais do que justo, porque entendo que a obrigação deste Parlamento é sentar, ouvir a todos e oferecer ao Estado da Bahia o melhor projeto possível. Não estamos fazendo isso, uma vez que aceitamos, praticamente, que todos os projetos que são votados nesta Assembleia Legislativa venham em regime de urgência.

Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a, que é um dos deputados mais atuantes nesta Casa Legislativa, tem levantado a sua voz todas as vezes em que o governo do Estado encaminha a este Plenário projetos em regime de urgência.

O deputado Sandro Régis, da mesma maneira, o deputado Tom Araújo, o deputado Luciano Ribeiro, que já fez, inclusive, um ofício à Presidência para saber se o Regimento permite que se votem tantos projetos aqui em regime de urgência. A urgência nos projetos significa a falta de organização. Deputado Zó, no final do ano passado, aprovamos em uma semana mais de uma dúzia de projetos, e a Casa viu que estávamos errados.

A imprensa bateu de maneira segura e de maneira assertiva neste Parlamento, porque aprovar projetos aqui, deputado Carlos Geilson, sem discussão, é uma irresponsabilidade. Nós não podemos abrir mão das nossas prerrogativas. Precisamos levar os projetos para o âmbito das comissões.

É por esse motivo, Sr. Presidente, que não me estenderei mais. Irei finalizar o meu pronunciamento, solicitando a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Solicito uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Deputada...

O Sr. Adolfo Viana:- O que é isso, Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem. Se V.Ex^a defere, defere...

O Sr. Sandro Régis:- Ou V.Ex^a defere ou não defere a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Eu já atendi à questão de ordem dele.

O Sr. Carlos Geilson:- Então, V.Ex^a encerra a sessão, porque só há 4 Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Tem um requerimento aqui calçando a sessão.

O Sr. Carlos Geilson: Então, V.Ex^a fecha esta sessão e abre a extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Vou atender à questão de ordem do deputado e dar o direito dos 5 minutos à deputada.

Deputada, por favor.

A Sr^a Luiza Maia:- Pois é, o que eu queria é que se zerasse o painel e se contasse o tempo regimental para ser formulada a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Por favor, zere-se o painel, 15 minutos para a contagem do quórum para a continuidade da sessão. (Pausa)

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a fizesse a chamada nominal para que os deputados pudessem comparecer a esta sessão em que estamos votando um importante projeto de reforma administrativa da Conder, através de um acordo feito pelo sindicato e a Casa Civil, que é muito importante para os trabalhadores da Conder.

Então, gostaria de que V.Ex^a, regimentalmente, convidasse a presença dos nossos deputados, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (ZÓ):- Convido todos os deputados a darem o quórum de continuidade da sessão. Deputados que não estejam presentes ao Plenário compareçam para dar a presença, quórum de continuidade da sessão. (Pausa)

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a convocasse nominalmente os deputados, fizesse a chamada nominal.

(O Sr. Presidente, deputado Zó, faz a chamada nominal dos Srs Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Convocamos todos os deputados que estejam na Casa a virem ao Plenário para dar presença para continuidade da sessão. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Deputados e deputadas, compareçam ao Plenário para dar presença, para o quórum de continuidade da sessão.

(Chamada nominal dos Srs. Deputados para a continuidade da sessão)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria fazer uma solicitação ao deputado Carlos Geilson, para, se possível, suspender por 10 minutos a sessão, para ver se chegamos a um acordo. A associação está presente, o sindicato está presente. Tínhamos conversado na semana passada com vocês, da Oposição, que pediram para que

suspendêsemos. Suspendemos e vocês disseram que se tivesse um acordo, poderíamos votar hoje. Estou dentro daquela lógica combinada com o nosso querido deputado Sandro Régis. Eu quero só cumprir o que está estabelecido. Pode ser, deputado?

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, solicito que V.S^a suspenda a sessão não por 10, mas por até 15 minutos, para que o Líder do Governo, Zé Neto, possa ouvir também os representantes da Conder e, assim, fechemos logo um acordo para a votação desse projeto.

Então, por 15 minutos, Sr. Presidente, a suspensão, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Zó):- Atendendo ao pedido, em comum acordo do Líder da Situação e do deputado Carlos Geilson, está suspensa a sessão por 15 minutos.

Zerem o painel e marquem 15 minutos.

(A sessão continua suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, reaberta a sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu e o deputado Adolfo Viana, Sr. Presidente Marcelo, conversamos agora com os representantes dos trabalhadores da Conder – e também com vários trabalhadores dessa companhia –, a partir de uma discussão que a associação teve ontem com o governador Rui Costa e com o presidente da Conder, José Lúcio. O texto está de acordo com os interesses das partes.

E assim eles acertaram com o presidente da Conder, numa negociação entre as partes, o desdobramento do § 2º desse projeto. Obviamente, há uma concordância de todos eles quanto a essa na redação, e o desdobramento sobre os percentuais de contratação ficaria a cargo de um debate administrativo interno entre a Conder e a associação.

Então, diante disso, eu e o deputado Adolfo Viana conversamos com as partes interessadas, e há, por parte dos deputados, o entendimento proposto aqui. É lógico que o deputado Adolfo Viana colocou...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resumindo, V.Ex^a aceitou o acordo?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Aceitado o acordo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixe ele concluir, deputado, depois passo para V.Ex^a.

V.Ex^a aceitou o acordo?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Aceitamos o acordo da redação proposta aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O acordo entre a presidência da Conder e o sindicato?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, questão de ordem para V.Ex^a.

V.Ex^a aceitou o acordo?

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, primeiro, quero esclarecer que, do meu ponto de vista, não existe nenhum tipo de acordo. Não existe acordo da parte do deputado Adolfo Viana.

Acontece que esse projeto de lei chegou a esta Casa para ser apreciado em regime de urgência. Esta tem sido uma prática utilizada pelo atual governo. Nós só estamos apreciando projetos de lei, aqui, em regime de urgência, o que, no meu modo de entender, é um verdadeiro absurdo, justamente porque temos, aqui, nesta Casa, as Comissões Temáticas, que podem aperfeiçoar e melhorar os projetos que vêm do Poder Executivo.

A prova disso é que, se esse projeto tivesse sido votado na semana passada, nós não teríamos conseguido nenhum tipo de avanço. Os funcionários da Conder que aqui se encontram se reuniram e pediram que eu não fosse mais um obstáculo para essa votação. Quero lembrar que foi resolvido 50% da parte do pleito dos funcionários da Conder, e os outros 50% foi conversado com os funcionários e com o Líder do Partido dos Trabalhadores, meu amigo Rosemberg Pinto. E o governador disse que o presidente da Conder iria resolver os outros 50% com os funcionários.

O líder do Governo, deputado Zé Neto, está aqui, dando o aval e a palavra dele. Eu quero dizer o seguinte: o deputado Adolfo Viana, neste momento, vai atender aos funcionários da Conder, que estão me pedindo para não eu ser um obstáculo nessa votação. Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que o meu voto a este projeto será contrário, justamente porque eu entendo que o bom acordo acontece quando ele é redigido no papel. Mas, para atender aos funcionários da Conder, eu retiro a minha questão de ordem e não serei mais um empecilho para essa votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, respondendo a V.Ex^a primeiro é o seguinte: estou há 26 anos nesta Casa, e todos os governos, quando eu era deputado de oposição, também utilizavam regime de urgência para votar projetos. Está no Regimento. Não é apenas este governo que utiliza, todos utilizaram. O governador Antônio Carlos, o governador Paulo Souto, o governador César Borges, o governador Jaques Wagner, o governador Rui Costa, todos utilizaram através de sua Liderança. Então não é nada novo; é regimental, está no Regimento.

Eu sou obrigado a atender a Oposição, mas também sou obrigado a atender o Governo. Com relação ao acordo, fico feliz, porque, quando se faz um acordo, alguns cedem, outros cedem também para se chegar a um denominador comum. Na semana passada, os funcionários da Conder e vários deputados – inclusive V.Ex^a – me procuraram, pedindo que nós adiássemos, para que as partes interessadas chegassem a um acordo. E quero registrar que fico feliz quando vejo o acordo. É obvio que o

deputado que faz oposição traça um norte, e o que é de governo traça outro. Mas todos convergem para defender os reais interesses da Bahia.

Então, fico feliz por esse acordo. Agora, só para V.Ex^a, que é um deputado de segundo mandato, saber: esse tipo de regimento foi em todos os governos, em todos. Aliás, foi diferente: quando eu fui deputado de oposição aqui, os deputados de oposição não tinham o direito nem de discutir. Eu não conseguia discutir projetos, pois eles derrubavam na quarta sessão. V.Ex^a sabe que tem um artigo no Regimento que o deputado Zé Neto nunca utilizou: na quarta sessão, derrubavam.

Então, eu gostaria de dizer a V.Ex^a que fico feliz por esse acordo, V.Ex^a demonstra, mais uma vez, o bom senso de deixar de ser empecilho, apesar de não ter sido nenhum empecilho. V.Ex^a, desde o início, defendeu os servidores, como todos os deputados que estão aqui presentes – mas, obviamente, cada um com o seu objetivo político.

Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a quer mais uma questão de Ordem?

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria. Sr. Presidente, estou apenas há 5 anos aqui nesta Casa, e não tenho a experiência que V.Ex^a tem, mas fico feliz por uma coisa: nós estamos evoluindo. V.Ex^a fala que antes – eu não estava aqui presente – os deputados de oposição não conseguiam nem fazer obstrução, nem discutir; hoje, nós já conseguimos fazer isso. E essa questão de os projetos só serem votados em regime de urgência precisa ser evoluído também. Eu digo isso a V.Ex^a porque, nesse caso específico dos funcionários da Conder, se nós não tivéssemos essa semana a mais para avançar nos pontos que avançamos, nós teríamos aprovado o projeto na semana passada, e os funcionários da Conder teriam pago um preço altíssimo.

Então, nós precisamos, Sr. Presidente, ter oportunidade de discutir no âmbito das comissões, para oferecer ao Estado da Bahia o melhor projeto possível. E V.Ex^a, que é um bom presidente – se não fosse, não estaria aí pela quinta vez consecutiva –, pode ajudar este Parlamento a evoluir nesse sentido. Eu parabenizo V.Ex^a e espero que a nossa Casa tenha a condição de poder discutir mais projetos no âmbito das Comissões, justamente para que possamos oferecer à Bahia o melhor possível.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Para encerrar este assunto, gostaria de dizer a V.Ex^a que muito mais importante do que discutir na Comissão é discutir com os servidores, como foi feito neste caso. Nós tomamos uma decisão política de não votar na semana passada, porque os servidores da Conder estavam aqui presentes. Eu conversava com os servidores e, ao mesmo tempo, conversava com o presidente Zé Lúcio, que é um dos caras mais sensatos que eu conheci na vida. Além de ser um grande gestor, é uma pessoa sensata.

Então, se vocês chegarem a um acordo, eu fico muito feliz...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só para um aparte minúsculo, eu não tenho acesso direto ao governador Rui Costa por razões óbvias, sou um deputado de

oposição. Mas eu gostaria que o deputado Rosemberg, que é Líder do PT, e o deputado Zé Neto, que é Líder do Governo nesta Casa, se comprometessem com os funcionários aqui em Plenário, para cobrar que esse acordo seja realmente efetivado e que tenhamos aqui o mínimo de acordo formal feito com os funcionários da Conder. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rosemberg Pinto é o último orador sobre esse assunto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que o deputado Adolfo Viana fez diversas intervenções aqui, representou bem o seu papel. Mas é lógico que não foi a falta do debate das Comissões que não propiciou o debate com os servidores. Tanto que na última sessão eu estava junto com V.Ex^a e, quando saí, vim aqui embaixo pedir para que nós suspendêssemos a sessão, não colocássemos em votação e que tivéssemos, pelo menos, 8 dias para fazer esse debate. Então, acho que foi um esforço de todo mundo, chegamos a um denominador comum e, se o governador assumiu esse posicionamento, é lógico que eu vou validar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Espere aí, se for para a Oposição pedir quórum, não tem acordo. Não existe meio acordo. Aí, eu sou altamente contra. Se for para pedir quórum, não tem acordo, não existe acordo, aí o presidente não participa desse acordo. Ou se faz o acordo, ou não se faz. Não estou dizendo que V.Ex^a não deva pedir quórum, não. Mas, se pedir, está desfeito o acordo. Vamos ser muito claros.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V.Ex^a, querido. Veja bem, não existe meio acordo. O que o governo quer é que não se peça verificação de quórum. Se pedir, está desfeito o acordo. Porque não existe um acordo em que se peça verificação de quórum. Então a base do governo ganhou o que com isso? Nada.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V.Ex^a, só um segundinho.

Se os dois Líderes quiserem, eu defiro o acordo. Eu defiro. Mas, se for para pedir a verificação de quórum, está desfeito o acordo, porque não existe meio acordo.

Pois não, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, primeiro queria, para esclarecer, dizer que o deputado Adolfo Viana não irá pedir quórum. Eu não irei pedir quórum. Até porque é um pedido que os funcionários da Conder me fizeram, para que eu não fosse obstáculo para a sessão. Quanto a pedir ou não o quórum, vai caber a orientação do Líder Sandro Régis. O deputado Adolfo Viana não será obstáculo. Agora, também não fui eu o responsável por esse acordo. O acordo foi feito entre o Líder do Governo e os funcionários da Conder. Queria que o Líder do Governo se comprometesse aqui, de público, a honrar com o acordo feito com os funcionários da Conder.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se algum deputado pedir quórum, eu não participo desse acordo. Entendam o que eu estou dizendo, eu sou muito claro. Se um

deputado pedir quórum... Não, é problema do deputado Sandro Régis, ele tem todo o direito...

O Sr. Sandro Régis:- Problema do deputado Sandro Régis, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Ah, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem... Deputado, eu vou passar a V.Ex^a...

É problema da Oposição. Agora, podem até pedir, eu não estou dizendo que não peçam, não. Mas, se pedirem quórum, está desfeito o acordo. Minha sugestão. Agora, se os Líderes quiserem, problema de cada um.

Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Ex^a que, nesse processo todo, foi designado o deputado Adolfo Viana para tratar com a Conder e com o Líder do Governo. Eu queria que V.Ex^a me desse 5 minutos para eu conversar com o deputado Adolfo Viana, a fim de que ele oriente a Bancada quanto ao pensamento da empresa. Depois que o deputado Adolfo Viana conversar conosco, a Oposição fala oficialmente para dar início ao acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Enquanto isso o deputado Rosemberg Pinto vai lendo o relatório.

O Sr. Sandro Régis:- Qual relatório?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vou suspender a sessão por 5 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Aguarde, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A sessão está suspensa por até 5 minutos

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reabro os trabalhos. Com a palavra o deputado Sandro Régis, meu querido amigo líder da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, a Oposição pela última vez fará um deferimento aos funcionários da Conder, visto que a informação é de que chegaram a um consenso em relação ao projeto.

A Oposição quer registrar, mais uma vez, a forma equivocada como os projetos em regime de urgência têm sido tratados. A urgência, que deveria ser uma exceção, se banalizou na Assembleia Legislativa da Bahia. Todo projeto que chega, de interesse do governador, não passa por nenhuma comissão, o projeto não é debatido e entra em regime de urgência.

Sei que V.Ex^a é presidente, mas é aliado do governador. Sei também que a Base do Governo é o dobro da Base da Oposição, mas tenho convicção de que essas urgências excessivas estão tirando a legitimidade de todo o parlamento.

Gostaria que V.Ex^a ponderasse com o Líder do Governo, que V.Ex^a sentasse e fizesse um quadro para ver o que tem entrado de urgência e o que tem entrado de

projeto para ser debatido nas comissões. As comissões da Casa estão funcionando muito pouco, não por causa dos parlamentares, mas, sim, porque não está tendo projeto para ser debatido. Quando chega uma ordem do Executivo, não querem nem saber do que se trata, colocam em regime de urgência, chamam a Base Governista, que é maior, para votar.

Mas, em relação à Conder, em relação aos sindicatos, advogados que nos pediram para que votássemos, será votado, a Oposição não vai pedir quórum. Mas quero pedir a V.Ex^a para que analise. Muitas vezes o Parlamento agrada ao governador e tira a legitimidade do Parlamento.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a foi muito feliz quando disse que sou aliado, não sou subordinado ao governador. Quando sento nessa cadeira de presidente, pode ter certeza de que utilizo o Regimento...

O Sr. Sandro Régis:- Mas a pauta vem antes de V.Ex^a sentar aí.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a falou e eu ouvi. Se V.Ex^a puder ouvir o seu presidente... Se V.Ex^a puder me ouvir como eu o ouvi pacientemente, eu agradeço.

Primeiro, o Líder do Governo está utilizando o Regimento. Eu como presidente não posso passar por cima do Regimento, nem da Base do Governo, nem da Base da Oposição.

Quero registrar para V.Ex^a, que tem quatro mandatos, que eu estou no sétimo mandato. Todos os governos utilizaram esse artigo do Regimento que pede urgência. Durante 4 anos...

O Sr. Sandro Régis:- Mas está excessivo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Me ouça, querido, por favor. Durante 4 anos aqui, na época de, salvo engano, Antônio Carlos Magalhães, governador, não teve um único projeto que não fosse votado em regime de urgência. Quero registrar para V.Ex^a que na semana passada eu retirei de pauta para, inclusive, atender a um pleito de V.Ex^a, para que os deputados da Oposição, do Governo, sentassem com o sindicato e chegassem a um acordo, como chegamos. Essa é a realidade. Eu atendo aqui todos os deputados da Oposição no Regimento, como também sou obrigado a atender aos deputados do Governo também no Regimento.

Talvez V.Ex^a nem lembre, mas existe um artigo que diz que na quarta sessão é obrigado a votar o projeto. O deputado começava a discursar e com 20 segundos pedia verificação de quórum. Os deputados de Oposição não conseguiam nem discutir. Eu pedi ao deputado Zé Neto, e ele tem cumprido o acordo que fez conosco de não solicitar esse artigo.

Eu procuro, dentro do possível, atender nas discussões. Agora, não posso, quando o Líder do Governo pede regime de urgência, eu não colocar em votação, caso contrário estarei contra o Regimento. Isso não farei. Não existe nenhum deputado que possa cobrar do presidente o não cumprimento do Regimento.

Existem as relações regimentais e constitucionais que eu sou obrigado a cumprir.

Quero de público, inclusive, agradecer a V.Ex^a por essa atitude de não pedir verificação de quórum, e faço extensão a todos os deputados que fazem oposição porque o que eu defendo é o acordo! Se foi feito um acordo, não pode ser um meio acordo que atenda a somente um dos lados.

Então, eu gostaria muito de concluir e de passar a palavra aos deputados Leur Lomanto Júnior e, posteriormente, ao deputado Adolfo Viana, para nós votarmos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, nobre deputado Marcelo Nilo, primeiramente, eu acho que a discussão não deve ser levada, aqui, nesta Casa, para ver qual governo se utilizou mais desse mecanismo regimental de fazer o pedido do requerimento de urgência dos projetos oriundos do governo do Estado. Se foi o governo de Antônio Carlos Magalhães, se foi o governo de Jaques Wagner ou se foi o governo de Rui Costa... O que nós estamos abordando, neste Parlamento, é a forma excessiva como o Líder do Governo vem se utilizando desse método para aprovar os projetos nesta Casa.

E, com isso, nós, que defendemos o amplo funcionamento deste Parlamento, como deve, realmente, funcionar, com os debates nas comissões temáticas, entendemos que isso sai prejudicado, Sr. Presidente. Nesse intuito é que a gente vem fazer um apelo ao Líder, deputado Zé Neto.

Daí você ver a importância desse projeto, por exemplo, ter sido discutido e ter a sua votação adiada da semana passada para esta semana, porque avanços ocorreram. Imaginem se esse projeto tivesse sido votado da forma como o Governo gostaria, açodadamente, na semana passada? Os avanços que ocorreram, certamente, não teriam acontecido! Se nós adiássemos ainda mais a votação desse projeto, mais avanços aconteceriam, Sr. Presidente.

Dessa forma, eu vim a esta sessão disposto a fazer o pedido de verificação de quórum porque, além de o Governo trazer de forma constante esse mecanismo do requerimento de urgência, nem quórum o Governo tem para aprovar o projeto, Sr. Presidente. Estamos numa segunda-feira, num dia de amplo funcionamento desta Assembleia Legislativa, e o Governo nem quórum tem para aprovar os projetos. É, realmente, um absurdo que essa prática continue neste Parlamento.

Eu resolvi, ouvindo os meus pares, os deputados Adolfo Viana, Sandro Régis e Carlos Geilson, em deferência aos funcionários que fizeram um acordo – e sei da importância que esse projeto tem para todos os funcionários –, resolvi não fazer essa questão de ordem, pedindo a verificação de quórum, em deferência aos funcionários que tanto precisam da aprovação desse projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, depois de ouvir os nobres deputados Leur Lomanto Júnior e Sandro Régis, retiro a minha questão de ordem, pois estou satisfeito com a colocação que eles fizeram.

Muito obrigado.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.966/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera a Lei nº 11.361, de 20 de janeiro de 2009, e dá outras providências'.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora venho relatar, com o objetivo de alterar a Lei nº 11.361/2009, que dispõe sobre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR e a finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, a medida proposta destina-se a 'adequar as atribuições da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER às atividades realizadas pela Empresa, bem como a composição do seu quadro funcional de acordo com as disposições previstas na Constituição Federal', conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, propondo a supressão do § 2º a ser acrescido ao art. 4º da Lei supracitada, estabelecendo a competência da Assembleia Geral da CONDER para 'criar, alterar e extinguir o quadro de empregados da Companhia, que será preenchido por meio de concurso público de provas ou provas e títulos, e também por funções de confiança e empregos em comissão, de livre provimento e exoneração, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.'

Opino pela rejeição, entendendo como imprescindível a manutenção, no projeto, de dispositivo versando acerca do quadro de pessoal da Empresa. No entanto, considerando a necessidade de dar uma melhor adequação do seu texto às disposições das Constituições Federal e Estadual, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda ouvindo o governo, ouvindo os servidores e todos os deputados envolvidos na questão.

Emenda de Relator:

Altere-se o art. 1º do Projeto de Lei nº 21.966/2016 para modificar a redação proposta ao caput do art. 4º da Lei nº 11.361, de 20 de janeiro de 2009, e do § 2º a ser inserido no mesmo artigo, na forma seguinte:

'Art. 4º - A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER tem por finalidades coordenar e executar projetos, gerenciar intervenções de engenharia, bem como adotar as ações imediatamente correlatas, inerentes às políticas de edificações públicas, desenvolvimento urbano e habitação no Estado da Bahia.

.....

§ 2º - O quadro de pessoal da Companhia é constituído de empregos públicos, preenchidos por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e de funções de confiança e empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. (NR)

Justificativa: A emenda proposta tem por objetivo modificar a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 21.966/2016, visando a adequação do texto proposto ao inciso II do caput do art. 37 da Constituição Federal e ao fortalecimento da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

Ante o exposto, e encontrando-se a proposição em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela emenda de Relator:

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer do nobre deputado Rosemberg Pinto. Em votação. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação única o Projeto de Lei 21.966/2016, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei de 11.361 de 20 de janeiro de 2009, e dá outras providências. Em votação no Plenário. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Projeto irá para sanção de S.Ex^a, o Governador Rui Costa.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.966/2016

Altera a Lei nº 11.361, de 20 de janeiro de 2009, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º- O art. 4º da Lei nº 11.361, de 20 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** - A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER tem por finalidades coordenar e executar projetos, gerenciar intervenções de engenharia, bem como adotar as ações imediatamente correlatas, inerentes às políticas de edificações públicas, desenvolvimento urbano e habitação no Estado da Bahia.

§ 1º - Para a realização de suas finalidades, a CONDER atuará mediante a contratação de obras, serviços, compras, alienações e locações junto a terceiros, precedidas de licitação pública, ressalvados os casos especificados na legislação.

§ 2º - O quadro de pessoal da Companhia é constituído de empregos públicos, preenchidos por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e de funções de confiança e empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. (NR)

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de 90 (noventa) dias, os atos necessários:

I - à revisão do Estatuto, do Regimento e dos demais instrumentos regulamentares da CONDER, para as adequações ao disposto nesta Lei;

II - às modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento vigente.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2016.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto. A assinatura do Líder do Governo e Líder da Oposição que dispensa as formalidades para o Projeto de Lei nº 21.986/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC a doar ao Estado da Bahia imóvel de sua propriedade, na forma que indica, e dá outras providências”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC a doar ao Estado da Bahia imóvel de sua propriedade, na forma que indica, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de registrar: para que esse projeto pudesse ter uma tramitação mais rápida, mais ágil, se faria necessário que houvesse a dispensa de formalidades, e, para tanto, precisaria da assinatura do Líder da Maioria do Governo e do Líder da Minoria.

Gostaria de deixar registrado porque esse projeto é de grande alcance social. Cabe-nos dar ligeiras explicações. Desde o Governo de Jaques Wagner que a gente se esforça para chegar ao final desse projeto, que consiste na doação de escrituras de casas que estão construídas em terrenos conhecidos como “invasão da Sudic”. Essas pessoas, 1.500 famílias, construíram suas casas através do esforço do trabalho, poupando, para que tivesse, enfim, esse direito de moradia, o direito de propriedade de suas casas.

Há mais de quatro anos que a gente tem esse trabalho junto ao Governo do Estado. E, com muita alegria e muita satisfação, é que hoje está aqui, na Assembleia, o projeto de lei para autorizar o Estado a realizar a doação dessas escrituras. E, para que a gente possa analisar hoje, agilizar a tramitação, eu não poderia deixar de reconhecer o apoio, de reconhecer, evidentemente, a gentileza por parte da Maioria, do nobre Líder Zé Neto, e, principalmente, em se tratando de um projeto do Executivo, a Maioria já tinha o compromisso de facilitar, agilizar a tramitação, mas nós temos de registrar o nosso reconhecimento, principalmente, à Minoria. Primeiro na pessoa do deputado estadual Leur Lomanto Júnior, que é lá de Jequié, de uma família tradicional, histórica, que vem, ao longo da história, tendo uma forte participação no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social do município de Jequié.

Sr. Presidente, foi muito importante a participação do deputado Leur Lomanto Júnior, sem a aprovação dele, sem a participação dele nós não teríamos condições de estar aqui, hoje, discutindo a votação deste projeto de lei de alcance social. Ele levou ao Líder da sua Bancada, ao Líder da Minoria, o nobre jovem deputado, que tem mostrado a sua competência no dia a dia, aqui, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Ele convenceu o Líder da Minoria, o nosso querido deputado Sandro Régis, o levou a assinar a dispensa de formalidades para que, hoje, neste momento, possamos votar este projeto de lei, para atender esta medida do Poder Executivo, do Governador Rui Costa, que vai trazer, evidentemente, grande alcance social, mais de 1.500 famílias vão ter agora condição de receber as suas escrituras, dos terrenos onde construíram as suas casas, que pertenciam ao SUDIC.

Sr. Presidente, vou ler o Parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não leu ainda?

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Eu fiz a minha introdução, Sr. Presidente. Havia a necessidade da introdução. Quero deixar bem claro a todos os presentes, a todos os queridos deputados, a minha alegria, o meu entusiasmo, que transbordam o meu espírito em ver este projeto de lei, hoje, em pauta para ser discutido e aprovado pelos meus pares, deputados estaduais.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.986/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC, a doar ao Estado da Bahia, imóvel de sua propriedade, na forma que indica, e dá outras providências'.*

Através do projeto que ora venho relatar pretende, o Poder Executivo, obter desta Casa a necessária autorização para permitir à SUDIC proceder a doação, ao Estado da Bahia, do domínio de uma área de terra.

A referida área, medindo 530.401,94m², está localizada no km 03 e no km 04, dentro da poligonal do Distrito Industrial de Jequié, Município de Jequié, neste Estado, e visa a regularização fundiária do Bairro Agenor Coelho de Aragão.

Trata-se de medida de inquestionável interesse social, cabendo ressaltar que sua votação nesta Sessão é possibilitada em virtude de Acordo entre as Lideranças da Maioria e da Minoria na Assembleia Legislativa.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2016.

Deputado Euclides Fernandes – Relator.”

Sr. Presidente, este é o parecer. E queria registrar os nossos agradecimentos ao deputado Leur Lomanto Júnior, ao deputado Sandro Régis, Líder da Minoria, e ao deputado Zé Neto. É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, eu gostaria só, de em rápidas palavras, parabenizar o deputado Euclides Fernandes que foi responsável por este projeto, que acaba de relatar, e que, sem sombra de dúvida, é de suma importância para a população de Jequié, fazendo justiça a mais de 1.000 famílias que residem no bairro do km 3 e do km 4 e que não tinham a posse de suas casas e agora, através deste projeto, o governo autoriza a SUDIC a doar mais de 530 mil metros quadrados de área, o que vai trazer toda uma regularização fundiária daquela área. Sem sombra de dúvida, um projeto muito importante.

Isso mostra que mesmo estando em lados opostos, tanto eu como o deputado Euclides Fernandes e o deputado Sandro Régis, que também milita naquela região, quando o projeto diz respeito ao interesse da população, ao interesse da nossa querida cidade de Jequié, nós nos damos as mãos, estamos todos favoráveis à apreciação e à aprovação deste projeto o mais rápido possível.

Então, mais uma vez, reitero os parabéns ao deputado Euclides Fernandes, sei da luta do deputado Euclides para viabilizar a aprovação deste projeto. Ganha a Bahia, ganha Jequié. Parabenizo também o deputado Sandro Régis, pelo gesto de ter concordado com este requerimento de urgência, dispensando todas as formalidades para que possamos acelerar ao máximo a apreciação e a aprovação deste projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Em votação o parecer do deputado Euclides Fernandes ao Projeto de Lei nº 21.986/2016, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no plenário o projeto que autoriza a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC – a doar ao Estado da Bahia imóvel de sua propriedade, na forma que indica e dá outras providências. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade. O projeto irá para sanção de S.Ex^a o governador Rui Costa.

PROJETO DE LEI Nº 21.986/2016

Autoriza a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC, a doar ao Estado da Bahia, imóvel de sua propriedade, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, autorizada a doar ao Estado da Bahia, área de terra de sua propriedade, localizada nos km 03 e km 04, dentro da poligonal do Distrito Industrial de Jequié, no Município de Jequié - Bahia, perfazendo o total de 530.401,94m² (quinhentos e trinta mil quatrocentos e um metros quadrados e noventa e quatro decímetros quadrados), apresentando as seguintes características, limites e confrontações, obedecendo ao seguinte memorial descritivo: partindo-se do ponto 1, definido pela coordenada plana UTM 8466234,6564m norte e 379801,7719m leste, referida ao meridiano central 39° WGr, Datum SIRGAS, seguindo com distância de 137,375m e azimuth plano de 1°33'13,67", chega-se ao ponto 2 de coordenada 8466296,4733m norte e 379784,4362m leste, seguindo com distância de 70,23m e azimuth plano de 87°8'45,38", chega-se ao ponto 3 de coordenada 8466433,7977m norte e

379788,1612m leste, seguindo com distância de 150,246m e azimuth plano de 63°28'14,31", chega-se ao ponto 4 de coordenada 8466437,2946m norte e 379858,304m leste, seguindo com distância de 192,537m e azimuth plano de 56°46'28,68", chega-se ao ponto 5 de coordenada 8466504,4096 norte e 379992,727m leste, seguindo com distância de 85,342m e azimuth plano de 54°0'0,86", chega-se ao ponto 6 de coordenada 8466609,9071m norte e 380153,7884m leste, seguindo com distância de 118,891m e azimuth plano de 50°28'44,49", chega-se ao ponto 7 de coordenada 8466660,0697m norte e 380222,8319m leste, seguindo com distância de 62,636m e azimuth plano de 53°16'26,43", chega-se ao ponto 8 de coordenada 8466735,7274 norte e 380314,5436 leste, seguindo com distância de 170,151m e azimuth plano de 60°14'20,61", chega-se ao ponto 9 de coordenada 8466773,1833m norte e 380364,747m leste, seguindo com distância de 315,373m e azimuth plano de 69°41'13,22", chega-se ao ponto 10 de coordenada 8466857,6432m norte e 380512,4557m leste, seguindo com distância de 103,487m e azimuth plano de 84°54'2,06", chega-se ao ponto 11 de coordenada 8466967,1244m norte e 380808,2157m leste, seguindo com distância de 77,71m e azimuth plano de 100°40'50,70", chega-se ao ponto 12 de coordenada 8466976,3228m norte e 380911,2934m leste, seguindo com distância de 81,211m e azimuth plano de 135°7'32,04", chega-se ao ponto 13 de coordenada 8466961,9203m norte e 380987,6571m leste, seguindo com distância de 35,428m e azimuth plano de 111°58'50,30", chega-se ao ponto 14 de coordenada 8466904,3694m norte e 381044,9563m leste, seguindo com distância de 52,234m e azimuth plano de 80°48'8,46", chega-se ao ponto 15 de coordenada 8466891,109m norte e 381077,8089m leste, seguindo com distância de 171,486m e azimuth plano de 84°36'52,96", chega-se ao ponto 16 de coordenada 8466899,4581m norte e 381129,3712m leste, seguindo com distância de 56,966m e azimuth plano de 87°3'15,26", chega-se ao ponto 17 de coordenada 8466915,5525m norte e 381300,1m leste, seguindo com distância de 183,072m e azimuth plano de 196°54'48,83", chega-se ao ponto 18 de coordenada 8466918,48m norte e 381356,9904m leste, seguindo com distância de 47,022m e azimuth plano de 282°28'40,44", chega-se ao ponto 19 de coordenada 8466743,3265m norte e 381303,7294m leste, seguindo com distância de 210,354m e azimuth plano de 286°32'25,01", chega-se ao ponto 20 de coordenada 8466753,4863m norte e 381257,8177m leste, seguindo com distância de 305,214m e azimuth plano de 200°9'24,56", chega-se ao ponto 21 de coordenada 8466813,3719m norte e 381056,168m leste, seguindo com distância de 607,815m e azimuth plano de 255°50'39,36", chega-se ao ponto 22 de coordenada 8466526,8515m norte e 380950,9941m leste, seguindo com distância de 195,343m e azimuth plano de 180°53'44,03", chega-se ao ponto 23 de coordenada 8466378,2052m norte e 380361,6353m leste, seguindo com distância de 165,694m e azimuth plano de 270°51'21,75", chega-se ao ponto 24 de coordenada 8466182,8857m norte e 380358,5821m leste, seguindo com distância de 152,865m e azimuth plano de 271°52'34,58", chega-se ao ponto 25 de coordenada 8466185,3612 norte e 380192,9066m leste, seguindo com distância de 51,552m e azimuth plano de 272°3'49,69", chega-se ao ponto 26 de coordenada 8466190,3662m norte e 380040,1234m leste, seguindo com distância de 11,37m e azimuth plano de

0°37'25,88", chega-se ao ponto 27 de coordenada 8466192,2227m norte e 379988,6051m leste, seguindo com distância de 94,141m e azimuth plano de 0°23'11,31", chega-se ao ponto 28 de coordenada 8466203,5922m norte e 379988,7289m leste, seguindo com distância de 148,121m e azimuth plano de 270°33'9,70", chega-se ao ponto 29 de coordenada 8466297,7311m norte e 379989,3639m leste, seguindo com distância de 69,787m e azimuth plano de 182°59'56,84", chega-se ao ponto 30 de coordenada 8466299,1599m norte e 379841,2499m leste, seguindo com distância de 34,36m e azimuth plano de 159°44'3,37", chega-se ao ponto 31 de coordenada 8466229,4685m norte e 379837,5986m leste, seguindo com distância de 30,838m e azimuth plano de 302°9'56,15", chega-se ao ponto 32 de coordenada 8466197,2356m norte e 379849,5m leste, seguindo com distância de 30,145m e azimuth plano de 314°10'1,13", chega-se ao ponto 33 de coordenada 8466213,6526m norte e 379823,3955m leste, seguindo com distância de 64,202m e azimuth plano de 344°20'4,48", chega-se ao ponto 1 de coordenada 8466234,6564m norte e 379801,7719m leste, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - A doação da área descrita no art. 1º desta Lei destina-se à regularização fundiária do Bairro Agenor Coelho de Aragão, no Município de Jequié - Bahia.

Parágrafo único - Fica autorizada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR ou entidade da administração indireta integrante da sua estrutura, a doação da área objeto desta Lei aos respectivos beneficiários, através da outorga de escrituras de regularização fundiária, visando ao cumprimento da destinação estabelecida no *caput* deste artigo.

Art. 3º - O não cumprimento da finalidade prevista no art. 2º desta Lei, no prazo de 02 (dois) anos, a partir da doação mencionada no seu art. 1º, importará na reversão da área ao patrimônio da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.